

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PAUTA 004/2017

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos da Resolução nº. 005/2007, do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia 21 de março de 2017, terça-feira, à partir das 14:00 horas, na Sala das Sessões na Sede do Ministério Público, situada à 5ª Avenida, 750 - Centro Administrativo da Bahia - CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

01. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.18/2017. ASSUNTO: RENÚNCIA À REMOÇÃO. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA ANDRÉ BANDEIRA DE MELO. RELATOR: CONSELHEIRA NATALINA MARIA SANTANA BAHIA.

02. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA JOSÉ CUPERTINO AGUIAR CUNHA:

- 2.1. Inquérito Civil nº 001.0.168617/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.2. Inquérito Civil nº 720.1.14027/2007, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 2.3. Inquérito Civil nº 644.0.47808/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 2.4. Inquérito Civil nº 696.0.220182/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 2.5. Inquérito Civil nº 003.0.160054/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.6. Inquérito Civil nº 592.0.240584/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 2.7. Inquérito Civil nº 217.0.114068/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 2.8. Inquérito Civil nº 598.0.71025/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 2.9. Procedimento Ministerial nº 696.0.191788/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 2.10. Inquérito Civil nº 003.0.11861/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 2.11. Inquérito Civil nº 608.0.32191/2012, da 7ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.12. Procedimento Ministerial nº 696.0.120469/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 2.13. Procedimento Ministerial nº 598.0.114943/2012, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 2.14. Procedimento Ministerial nº 596.0.121722/2015, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.15. Procedimento Ministerial nº 114.0.248029/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 2.16. Procedimento Ministerial nº 608.0.131981/2013, da 7ª Promotoria de Justiça de Jequié.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA:

- 2.17. Inquérito Civil nº 608.0.56664/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.18. Inquérito Civil nº 608.0.173269/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié.
- 2.19. Inquérito Civil nº 003.0.26622/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.20. Inquérito Civil nº 003.0.26639/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.21. Inquérito Civil nº 003.0.30034/2013, da 2ª Promotoria de Justiça da Consumidor;
- 2.22. Inquérito Civil nº 003.0.233443/2012, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.23. Inquérito Civil nº 674.0.56892/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 2.24. Procedimento Ministerial nº 057.0.176726/2014, da Promotoria de Justiça de Capela do Alto Alegre;
- 2.25. Inquérito Civil nº 608.0.56664/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.26. Procedimento Ministerial nº 608.0.173269/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.27. Inquérito Civil nº 007.0.204452/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa;
- 2.28. Inquérito Civil nº 590.0.73205/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 2.29. Inquérito Civil nº 003.0.32541/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.30. Inquérito Civil nº 592.0.113186/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 2.31. Procedimento Ministerial nº 596.0.26505/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.32. Inquérito Civil nº 644.0.61403/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 2.33. Inquérito Civil nº 644.0.81406/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 2.34. Inquérito Civil nº 644.0.117658/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 2.35. Inquérito Civil nº 644.0.160327/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 2.36. Inquérito Civil nº 644.0.160470/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 2.37. Inquérito Civil nº 001.0.103709/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.38. Inquérito Civil nº 003.0.622/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.39. Inquérito Civil nº 720.0.67174/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 2.40. Inquérito Civil nº 003.0.49043/2007, do grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 2.41. Inquérito Civil nº 600.0.153700/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 2.42. Inquérito Civil nº 596.0.143005/2012, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.43. Inquérito Civil nº 681.0.2306/2008, da Promotoria de Justiça de Uauá;
- 2.44. Inquérito Civil nº 698.0.160000/2010, da 6ª Promotoria de Justiça de Irecê;
- 2.45. Inquérito Civil nº 681.0.172698/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;

- 2.46. Inquérito Civil nº 681.0.172722/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 2.47. Procedimento Ministerial nº 681.0.224597/2016, da Promotoria Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
- 2.48. Procedimento Ministerial nº 702.0.99256/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 2.49. Inquérito Civil nº 600.0.120878/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 2.50. Inquérito Civil nº 592.0.201580/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA NATALINA MARIA SANTANA BAHIA:

- 2.51. Inquérito Civil nº 003.0.5192/2015, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.52. Inquérito Civil nº 003.0.62754/2011, da 3ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 2.53. Procedimento Ministerial nº 163.0.72458/2009, da Promotoria de Justiça de Maracás;
- 2.54. Procedimento Ministerial nº 001.0.151363/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.55. Procedimento Ministerial nº 285.0.149365/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de São Francisco do Conde;
- 2.56. Procedimento Administrativo nº 003.0.10090/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 2.57. Procedimento Ministerial nº 001.0.183635/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.58. Procedimento Ministerial nº 608.0.76087/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.59. Procedimento Ministerial nº 003.0.180847/2015, da Procuradoria-Geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos;
- 2.60. Procedimento Ministerial nº 003.0.106668/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 2.61. Procedimento Ministerial nº 001.0.6360/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.62. Procedimento Ministerial nº 003.0.135539/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 2.63. Procedimento Ministerial nº 597.0.254699/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 2.64. Procedimento Ministerial nº 608.0.212087/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.65. Inquérito Civil nº 003.0.265068/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.66. Procedimento Ministerial nº 593.0.191838/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 2.67. Procedimento Ministerial nº 003.0.13092/2011, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;
- 2.68. Procedimento Ministerial nº 003.0.58221/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 2.69. Inquérito Civil nº 708.0.209876/2014, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 2.70. Procedimento Ministerial nº 001.0.24372/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

- 2.71. Procedimento Ministerial nº 003.0.215206/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 2.72. Procedimento Ministerial nº 591.0.11758/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 2.73. Inquérito Civil nº 597.0.56930/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;
- 2.74. Procedimento Ministerial nº 003.0.198550/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 2.75. Procedimento Ministerial nº 596.0. 98502/2012, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.76. Procedimento Ministerial nº 707.0.140715/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Poções;
- 2.77. Inquérito Civil nº 600.9.27307/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 2.78. Inquérito Civil nº 0010.8502/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.79. Inquérito Civil nº 593.0.121957/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Barreiras.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA:

- 2.80. Procedimento Ministerial nº 596.0.119317/2015, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.81. Inquérito Civil nº 644.0.160218/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 2.82. Procedimento Ministerial nº 701.0.239184/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;
- 2.83. Procedimento Ministerial nº 001.0.168715/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.84. Inquérito Civil nº 596.0.238167/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.85. Procedimento Ministerial nº 674.0.67377/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 2.86. Procedimento Ministerial nº 003.0.138728/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 2.87. Procedimento Ministerial nº 003.0.171285/2016, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.88. Procedimento Ministerial nº 593.0.200498/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 2.89. Inquérito Civil nº 600.9.27365/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 2.90. Procedimento Ministerial nº 371.0.92290/2014, da Promotoria de Justiça de Itacaré;
- 2.91. Procedimento Ministerial nº 003.0.79473/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.92. Inquérito Civil nº 001.9.17369/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.93. Inquérito Civil nº 593.0.74281/2016, da 9ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 2.94. Inquérito Civil nº 597.0.53620/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARILENE PEREIRA MOTA:

- 2.95. Procedimento Ministerial nº 003.0.131634/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
2.96. Procedimento Ministerial nº 003.0.78103/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
2.97. Inquérito Civil nº 674.0.243812/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA

- 2.98. Procedimento Ministerial nº 608.0.159315/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
2.99. Inquérito Civil nº 241.0.30453/2016, da Promotoria de Justiça de Remanso;
2.100. Inquérito Civil nº 167.0.193606/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
2.101. Procedimento Ministerial nº 001.0.29502/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
2.102. Inquérito Civil nº 596.0.190377/2010. Da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
2.103. Procedimento Ministerial nº 596.0.74102/2013, apenso nº 596.0.190073/2014, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
2.104. Inquérito Civil nº 003.0.67181/2016, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
2.105. Inquérito Civil nº 600.0.202878/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
2.106. Inquérito Civil nº 592.0.161144/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
2.107. Inquérito Civil nº 644.0.161125/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA:

- 2.108. Procedimento Ministerial nº 592.0.159510/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
2.109. Inquérito Civil nº 035.0.86053/2012, da Promotoria de Justiça de Cachoeira;
2.110. Inquérito Civil nº 600.0.31276/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
2.111. Procedimento Ministerial nº 598.0.182673/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
2.112. Procedimento Ministerial nº 003.1.13467/2003, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
2.113. Inquérito Civil nº 003.0.12106/2008, da 6ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
2.114. Inquérito Civil nº 003.0.10452/2013, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e do Combate à Discriminação - GEDHDIS;
2.115. Procedimento Ministerial nº 003.0.232834/2013, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
2.116. Inquérito Civil nº 096.0.125299/2015, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
2.117. Procedimento Ministerial nº 681.1.134066/2006, da Promotoria de Justiça de Uauá;
2.118. Procedimento Ministerial nº 003.0.197931/2009, do Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;

- 2.119. Procedimento Ministerial nº 003.0.189120/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 2.120. Inquérito Civil nº 003.0.101967/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.121. Inquérito Civil nº 003.0.76543/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor.
- 2.122. Procedimento Ministerial nº 708.0.210031/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 2.123. Inquérito Civil nº 705.0.48944/2012, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Paulo Afonso;
- 2.124. Procedimento Ministerial nº 701.0.54048/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;
- 2.125. Inquérito Civil nº 646.0.198029/2015, da 10ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.126. Inquérito Civil nº 701.0.217122/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;
- 2.127. Procedimento Ministerial nº 720.0.138830/2011, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 2.128. Procedimento Ministerial nº 591.0.160850/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 2.129. Inquérito Civil nº 069.0.56052/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 2.130. Procedimento Ministerial nº 003.0.222408/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

03. O QUE OCORRER.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, 13 de março de 2017.

EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público